

**Autoavaliação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo/CEFOP
Plataforma Sucupira – Capes
Ano 2018**

Histórico e Contextualização do Programa

DESTAQUES 2018

O Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento – Cefor da Câmara dos Deputados dedicou o ano de 2018 ao aprimoramento do processo de avaliação interna com o propósito de identificar potencialidades, detectar elementos frágeis, definir indicadores e verificar o quanto os objetivos estão sendo alcançados, com vistas à melhoria da qualidade acadêmica. Esse trabalho foi realizado em paralelo a ações de intercâmbio com outras instituições, realização de eventos nacionais e parcerias internacionais, além de incentivo à pesquisa e à entrega de resultados para a instituição Câmara dos Deputados.

No contexto de autoavaliação, foi elaborado o relatório técnico de análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) a partir das linhas de pesquisa do Programa, resultando em um levantamento das temáticas principais que norteiam os TCCs (disponível em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao-1/autoavaliacao-2017-2020>). Como produto final do esforço conjunto entre docentes e discentes, os TCCs representam um espelho dos interesses de ambos, que devem condizer com os objetivos do Programa e da Instituição.

Além disso, foi apresentado aos corpos docente e discente um “Guia de modalidades de TCC” (disponível em https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes/GUIAMODALIDADESDETCCPUBLICADO_8mar19.pdf) com o objetivo de esclarecer e incentivar a prática dos diferentes formatos permitidos pela Capes para mestrados profissionais, que possam gerar resultados mais efetivos para a Instituição. Dessa forma, houve a reclassificação de TCCs anteriormente definidos como dissertações e a apresentação de projetos de software e produto de mídia para futura defesa.

Com o intuito de fortalecer as linhas de pesquisa do Mestrado e de incentivar a produção intelectual entre docentes e discentes, a Coordenação de Pós-Graduação abriu chamado para a reclassificação de Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs) da Câmara dos Deputados na categoria “permanente”, sem prazo para encerramento (GPEs de outras categorias têm vigência de até três anos). Por meio de requisitos estabelecidos para a verificação da produção intelectual e da atuação dos grupos, foram selecionadas pesquisas contínuas e estruturadas que passaram a integrar o Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq. Nesse escopo, quatro novos grupos, coordenados por docentes do Programa, foram inseridos no Diretório, somando-se aos quatro credenciados anteriormente.

Com foco em nosso corpo discente, definimos ações para garantir o acompanhamento dos alunos desde o momento da inscrição no processo seletivo e durante todo o seu percurso no Programa de Mestrado. Uma “Oficina de elaboração de projetos de pesquisa” foi oferecida para esclarecer dúvidas sobre regras e redação científica. Além disso, os alunos regulares, especiais e egressos também participaram de cursos de extensão sobre “Normalização de trabalhos acadêmicos” e “Preenchimento do currículo Lattes”.

Como parte desse esforço de acompanhamento, a relação com os ex-alunos também está sendo reestruturada com o intuito de promover uma rede de egressos para integração e troca de conhecimentos. A Coordenação reformatou, em 2018, o plano de acompanhamento de egressos, que inclui, atualmente, o extrato Lattes de produção acadêmica, comunicação periódica por meio de newsletter e formulário eletrônico de avaliação (survey) abrangendo questões sobre os impactos profissionais, acadêmicos, pessoais e sociais decorrentes da participação no Mestrado. O envio do formulário se deu no início de 2019, e a consolidação dos dados deve acontecer ainda no primeiro semestre desse ano, com vistas a melhor compreender os caminhos abertos pelo curso e as expectativas desse grupo de egressos.

A atenção também se voltou ao corpo docente, com o lançamento de edital de credenciamento de três novos professores colaboradores, um para cada linha de pesquisa do Mestrado – seleção a ser concluída ainda no primeiro semestre de 2019. Também houve o aperfeiçoamento do formulário de avaliação final das disciplinas, que passou a ser enviado eletronicamente aos alunos, com o objetivo de melhor subsidiar a atividade de docência. Essa iniciativa resultou em maior quantidade de respostas, o que imprime maior robustez à avaliação.

Por fim, 2018 se encerrou com a primeira etapa de reenquadramento de docentes, conforme previsto no “Regulamento de credenciamento, descredenciamento e enquadramento, como permanente ou colaborador, dos professores constituintes do Corpo Docente do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo – Quadriênio 2017-2020” (disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao-1/autoavaliacao-2017-2020/CriteriosparacredenciamentoTEXTOAPROVADONA44REUNIODECOLEGIADO7FEVEREIRO2019.pdf>). A avaliação utilizou o programa Extrato Lattes (<https://github.com/Cefor/extratolattes>), desenvolvido pelo Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz – docente permanente e Diretor da Coordenação de Pós-Graduação –, levando em consideração as necessidades do Programa e as orientações da Capes e da Área de Ciência Política e Relações Internacionais.

HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA

O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) foi instituído pelo Ato da Mesa 69, de 1997, como um espaço para treinamento, na área de recursos humanos, em molde adequado a servir de suporte básico à consolidação e ao desenvolvimento do Plano de Carreira dos servidores da Câmara dos Deputados.

O Centro foi criado com amplas competências que o permitem atuar tanto na oferta de cursos de formação previstos no plano de carreira, até a extensão de suas ações e objetivos à comunidade, incluindo a possibilidade de realização de convênios de intercâmbio e cooperação mútua com entidades e instituições públicas e particulares, a prestação de serviços relacionados às suas atividades e fins institucionais e o desenvolvimento e execução de programas, projetos e atividades de capacitação. Atualmente, o Centro promove cursos, conferências e outras atividades, presenciais e a distância, não só para os cerca de 15 mil servidores da Câmara dos Deputados, como também para um público diversificado, incluindo agentes políticos, servidores de outras instituições, alunos de instituições de ensino superior, entre outros.

Em 1998, a ampliação das suas atividades e o crescimento de seu público, assim como uma demanda crescente por formação superior, levou o Cefor a firmar convênio com a Universidade de Brasília (UnB) para realizar cursos de pós-graduação lato sensu. Foram realizados dois cursos, um de Especialização em Desenvolvimento Gerencial, com quatro turmas sucessivas, e um de Especialização em Gestão Legislativa, com duas turmas, atendendo ao todo 182 alunos.

Em 2003, com o amadurecimento das atividades de pós-graduação e o aumento de demanda de cursos desse tipo – que já incluíam, além dos cursos da Universidade de Brasília, um curso de Especialização em Gestão de Pessoas, realizado em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) –, o Cefor iniciou estudos para a criação de um Programa de Pós-Graduação próprio, com o objetivo de centralizar os cursos de especialização, assim como configurar uma face mais acadêmica para o conhecimento que é produzido na Câmara dos Deputados. O processo foi concluído em 2004 e enviado ao Ministério da Educação (MEC) e, em janeiro de 2005, o Programa de Pós-Graduação do Cefor foi credenciado pela Portaria 51 do MEC.

A partir do seu credenciamento especial, o programa passou a oferecer três cursos: Especialização em Processo Legislativo, Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo e Especialização em Orçamento Público, este último em parceria com Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU). A criação dos cursos foi seguida pela ampliação das instalações físicas do Cefor, em 2007: o Centro ganhou um espaço amplo e preparado para as demandas advindas do processo de modernização provocado pelo planejamento estratégico das áreas da Câmara dos Deputados.

Na sequência, o Programa de Pós-Graduação instituiu seus Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs), que possuem como diretrizes: estimular os servidores à reflexão sobre os trabalhos desenvolvidos na Câmara dos Deputados; diagnosticar dificuldades e apresentar soluções para as questões relativas à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo; promover a análise, a sistematização e o aprimoramento das suas práticas; incentivar a realização de trabalhos em parceria com outras instituições visando à análise, ao fortalecimento e ao aperfeiçoamento do Poder Legislativo e das práticas desenvolvidas na Câmara dos Deputados; e, ainda, enriquecer as atividades de apoio e assessoramento parlamentar e aprimorar o desempenho dos servidores, por meio do conhecimento produzido no Programa de Pós-Graduação do Cefor.

De 2005 a 2018, o Programa de Pós-Graduação do Cefor ampliou o número de cursos de pós-graduação lato sensu e, atualmente, tem como lista de oferta oito cursos próprios: Especialização em Processo Legislativo, Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, Especialização em Política e Representação Parlamentar, Especialização em Legislativo e Políticas Públicas, Especialização em Gestão Pública Legislativa, Especialização em Parlamento e Direito, Especialização em Comunicação Política no Legislativo, MBA em Governança Legislativa. Também são ofertados, desde a criação do Programa, cursos organizados com outros órgãos da Administração Pública Federal: Especialização em Orçamento Público, em parceria com Senado e TCU, nos anos de 2006, 2007 e 2011; Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental, em parceria com Senado e TCU, em 2009; e Política e Representação Parlamentar, em parceria com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos anos de 2009 e 2011; Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, em parceria com Senado, TCU e com o Instituto Latino- Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), iniciado em abril de 2018; Avaliação de Políticas Públicas, em parceria com Senado e TCU, iniciado em agosto de 2018.

Os cursos atendem servidores do quadro efetivo da Câmara dos Deputados, assessores parlamentares de livre nomeação e demais interessados (externos à Câmara dos Deputados) selecionados em processo público. O corpo docente desses cursos é formado por servidores titulados, com experiência de magistério, e por professores convidados de instituições de ensino superior. A abrangência dos temas relacionados aos vários cursos desenvolvidos pelo Programa

de Pós-Graduação do Cefor revela a diversidade de assuntos a serem tratados quando se considera a perspectiva dos conhecimentos próprios da atividade legislativa, sobretudo na perspectiva do ensino. Nesses catorze anos de funcionamento, o Programa de Pós-Graduação do Cefor, em sua modalidade lato sensu, ofereceu 27 turmas de cursos próprios e em parceria, com 790 alunos regulares.

Em 2016, o Cefor recebeu visita da comissão avaliadora do MEC e, em 2017, o Centro foi reconhecido, por 8 (oito) anos, como escola de Governo para a oferta de cursos lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.

Numa primeira tentativa de expandir o Programa de Pós-Graduação do Cefor para além dos cursos de especialização, ao final de 2006 o Cefor estabeleceu parceria com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) para a oferta de cursos de Mestrado Interinstitucional em Ciência Política (Minter), para vinte alunos, e Doutorado Interinstitucional (Dinter), para dez alunos, todos já diplomados.

Nesse caminho, em outubro de 2011 a Capes aprovou a criação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, da Câmara dos Deputados. Suas aulas tiveram início no primeiro semestre de 2013, tendo formado 42 mestres até o final de 2017. Ainda em 2017, o Programa de Mestrado recebeu nota 4 na avaliação quadrienal da Capes, referente ao período 2013-2016.

O corpo docente do Mestrado é constituído por servidores públicos concursados da Câmara dos Deputados, com formação em áreas tradicionalmente ligadas aos estudos legislativos, como Ciência Política, Direito, Sociologia, Administração Pública, entre outras, aliada à larga experiência profissional no Parlamento, o que propicia um contexto diferenciado na disseminação de saberes e práticas no âmbito acadêmico.

Em 2014, nova parceria interinstitucional, agora com o Iesp/Uerj, abriu vagas para 15 doutorandos em Ciência Política, dentre os quais, 12 já defenderam suas teses.

Objetivos

Objetivos (geral e específicos)

O Mestrado Profissional em Poder Legislativo tem como principal objetivo a formação e qualificação de pessoas, com vistas ao fortalecimento institucional do Poder Legislativo. Nesse sentido, o Curso propicia um espaço de reflexão integrado e interdisciplinar sobre o Poder Legislativo.

Como objetivos específicos, destacam-se os seguintes:

- 1) Instituir locus para produzir, sistematizar e disseminar conhecimento sobre o Poder Legislativo, nas dimensões inter e transdisciplinares, contribuindo para o fortalecimento do Parlamento e da democracia;
- 2) Formar quadros altamente qualificados, voltados à análise e à reflexão crítica sobre o Poder Legislativo em suas dimensões organizativa, funcional e institucional;
- 3) Aprimorar a atuação do Poder legislativo por meio da profissionalização de seus servidores e de outros cidadãos que atuam junto ao Parlamento;

4) Desenvolver pedagogia do conhecimento que integre os pressupostos teóricos, metodológicos e educacionais com as características do Legislativo e da sua área de saber, promovendo, assim, a interconexão entre os saberes e as práticas.

Perfil do Egresso

A partir do conhecimento adquirido no curso, consolidado em projeto de pesquisa específico, o egresso torna-se apto a intervir efetivamente no seu fazer cotidiano, bem como em processos mais abrangentes inerentes às casas legislativas. Por se tratar de mestrado profissional, espera-se que o egresso tenha um diálogo estreito com as realidades e vivências cotidianas do Poder Legislativo, de modo que possa contribuir para seu aperfeiçoamento, na perspectiva de uma reflexão integradora de diversos olhares sobre o Parlamento.

Proposta Curricular

Estrutura Curricular

Os 30 créditos necessários à integralização do curso são distribuídos em três grupos de atividades. O primeiro é constituído pelas disciplinas, que respondem por 14 créditos. O segundo, por 6 créditos referentes a Atividades Complementares. O terceiro, pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cuja elaboração corresponde a 10 créditos.

As disciplinas, todas com carga horária de 30 horas (2 créditos), são divididas em obrigatórias e optativas. As disciplinas obrigatórias são três: a) Seminário em Poder Legislativo; b) Seminário de Pesquisa; e c) Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso. As duas primeiras respondem pela preparação do aluno, em momentos distintos do curso, para a produção do TCC. Espera-se, assim, que, ao final do Seminário de Pesquisa, o aluno apresente seu projeto de trabalho conclusão de curso e, ao final do Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso, esteja apto para a qualificação do seu TCC. Já o Seminário em Poder Legislativo é uma disciplina de integração e fundamentação da área de concentração do curso, estabelecendo convergência e diálogo entre as três linhas de pesquisa.

As disciplinas optativas são constituídas, por um lado, pela necessidade do diálogo entre os projetos de pesquisa e as linhas de pesquisa do curso e, por outro, pela inter-relação entre as linhas de pesquisa: no primeiro caso, o objetivo é oferecer ao discente uma visão contextualizada de aspectos das áreas de conhecimento do curso; no segundo, busca-se a interlocução entre as linhas de pesquisa, construindo a unidade do campo de conhecimento definido na área de concentração. Tal percurso permite que o aluno participe individual e coletivamente da construção do campo do saber do Legislativo.

As Atividades Complementares, realizadas sob a supervisão do orientador, têm por objetivo ampliar e fortalecer o processo formativo do aluno, aproximando-o da realidade social e profissional. São classificadas em duas categorias: a primeira é constituída por atividades acadêmicas, as quais devem ser efetivadas por meio de participação em eventos acadêmicos e científicos, projeto de pesquisa e projeto cultural ou artístico; a segunda é constituída por atividades supervisionadas, que proporcionam ao discente a oportunidade de atuar em programas específicos ou em atividades de rotina do Legislativo.

O TCC compreende a elaboração, a qualificação e a defesa final. Essas duas últimas atividades são antecedidas por seminários preparatórios.

Experiências inovadoras de formação

Considerando o conceito de inovação como a adoção de novas práticas no âmbito organizacional que geram resultado positivo em relação aos objetivos pretendidos, em 2018 uma série de ações proporcionou a discentes e docentes o aprimoramento do desenvolvimento e divulgação do conhecimento científico.

Um dos pontos de maior atenção foram as Atividades Complementares, que contemplam uma série de atividades extraclasse pertinentes à pesquisa do aluno. O Colegiado do Mestrado aprovou, no mês de maio de 2018, o novo Regulamento que disciplina a integralização das horas, prevendo, entre os requisitos, a inclusão das atividades no currículo Lattes do discente. Além disso, o Programa inovou ao possibilitar a divulgação de bases de dados de pesquisa no repositório público do Programa de Pós-Graduação (<https://github.com/Cefor>) como uma nova categoria de atividade complementar. Por fim, para se adaptar a essas mudanças, o acompanhamento das atividades foi incorporado ao Serviço de Gestão de Cursos de Pós-Graduação, com adoção de sistema informatizado para lançamento e controle dos dados dos alunos.

Outras rotinas administrativas também passaram por mudanças com intuito de melhor subsidiar alunos, professores e orientadores com informações tempestivas. Foi estabelecido processo de acompanhamento de alunos, abarcando todas as fases do desenvolvimento acadêmico do discente, o qual é informado por e-mail sobre a etapa em que se encontra no curso e quais os próximos passos no seu fluxo, de forma personalizada e atualizada. Da mesma forma, os orientadores são informados sobre o andamento dos orientandos, já que há uma responsabilidade conjunta quanto a prazos e entrega de resultados. Houve também a modificação do formulário de avaliação de disciplinas, que passou a ser eletrônico e enviado aos alunos por e-mail, facilitando e agilizando a resposta, a tabulação e o envio dos resultados aos professores avaliados.

No que tange às parcerias, o Programa inovou ao intensificar a cooperação dentro da instituição Câmara dos Deputados e com instituições nacionais e internacionais. A IX Jornada de Pesquisa e Extensão, realizada em setembro de 2018, foi um exemplo do resultado positivo desse tipo de inovação. Com o tema “O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo”, o evento ocorreu pela primeira vez em parceria com outro órgão da Casa, o Departamento Técnico (Detec/Câmara dos Deputados), que organizou palestras e discussões com professores da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), relacionadas à conexão entre espaço físico e poder. Essa iniciativa abriu espaço à participação de um novo público, cujo interesse foi despertado para as iniciativas de pesquisa do Mestrado, assim como houve ampliação da percepção sobre a área Poder Legislativo por docentes e discentes.

Na esteira do sucesso do evento, também foi realizada parceria entre a Coordenação de Pós-Graduação/Cefor e a Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Ditec/Câmara dos Deputados), cuja pesquisa de Mestrado do discente Eduardo Antônio Mello Freitas, orientado pelo Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz, está subsidiando o desenvolvimento do robô digital Ulysses, baseado em inteligência artificial, para a articulação automática de diversos dados legislativos disponíveis no portal da Câmara e em vários sistemas da Casa, com vistas à tradução automática de textos legislativos. Essa ação conjunta resultou em acordo de cooperação interinstitucional com a União Interparlamentar – uma organização internacional dos parlamentos dos Estados soberanos (<https://www.ipu.org/>) – onde o trabalho foi apresentado e abriu caminho para a realização de ações e pesquisas conjuntas, bem como a intensificação da troca de informações.

A parceria da Coordenação de Pós-Graduação com a Ditec também prevê a organização da X Jornada de Pesquisa e Extensão do Programa com a temática de Ciência, Tecnologia e Inovação no Poder Legislativo. No escopo dessa parceria, estão em curso tratativas para a firmação de convênio entre a Câmara dos Deputados e a International Network for Government Science Advice (INGSA), uma plataforma colaborativa para intercâmbio de políticas, capacitação e pesquisa em diversas organizações globais de assessoria científica e sistemas nacionais.

Ainda em relação às pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Mestrado, foi elaborado um relatório técnico de análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso a partir do levantamento das temáticas principais que têm norteado os TCCs, conforme relatado no item “Histórico e Contextualização do Programa”. O objetivo é subsidiar a tomada de decisão sobre ações do Programa que permeiam desde a oferta de vagas por Linha/Temática, passando pela seleção/ingresso dos alunos, orientação das atividades de pesquisa, até o produto final apresentado no TCC.

Outra inovação de 2018 foi o estabelecimento de nova categoria para os Grupos de Pesquisa e Extensão (GPE) da Câmara dos Deputados. A partir de chamado dirigido aos GPEs ativos, cuja coordenação estivesse a cargo de servidor Doutor e cuja produção fosse comprovada por publicação científica, quatro grupos coordenados por docentes do Programa de Mestrado foram inseridos na categoria “permanente”, sem prazo para encerramento, mas com acompanhamento anual por meio de relatórios de atividades. Esses grupos foram certificados para integrar o Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq, incentivando assim pesquisas contínuas e estruturadas de acordo com as linhas do Programa. Para facilitar a coordenação dos GPEs da Câmara, que totalizaram 29 grupos ativos ao longo de 2018, também foi elaborado o Sistema GPE, uma plataforma eletrônica que contém informações sobre os integrantes, linhas de pesquisa, relatórios e prazos de cada grupo ativo e encerrado nos últimos cinco anos.

Por fim, com vistas ao ingresso de discentes no ano letivo de 2019, o edital de processo seletivo para o Mestrado passou a pontuar, como etapa classificatória, a conclusão de disciplinas como aluno especial no Programa. A iniciativa busca incentivar a participação de futuros discentes regulares como alunos especiais nas disciplinas optativas, aumentando seu conhecimento prévio sobre a vida acadêmica e facilitando a rotina de estudos com diluição da carga horária. Essa alteração em relação aos editais anteriores foi introduzida por se constatar que discentes de mestrados profissionais acumulam a carga da vida acadêmica com as demandas de suas atividades profissionais, que não são interrompidas para o estudo.

Ensino a Distância

Os professores e os alunos contam com o apoio da área de Educação a Distância do Cefor, que possibilita o uso da plataforma Moodle como apoio às atividades presenciais. A plataforma funciona como repositório de materiais e conteúdos, disponibilizando biblioteca digital, além de permitir interação entre os alunos e entre o professor e os alunos por meio de fóruns, chats, wikis, etc. Com a plataforma, aluno e professor têm acesso a outros cursos e programas autoinstrucionais que abordam temas transversais ao conteúdo do Mestrado, como Accountability Política, Gênero e Atuação Legislativa e Papel do Legislativo, entre outros.

O Cefor também mantém a plataforma da Escola Virtual de Cidadania – EVC (<https://escolavirtualdecidadania.camara.leg.br/site/>), um espaço aberto a todos os cidadãos que reúne produtos e objetos educacionais sobre educação política e educação para democracia. Além do acesso a todo o conteúdo, docentes, discentes e egressos têm seus trabalhos divulgados na série “Publicações e estudos”, que disponibiliza um levantamento do

material acessível na Câmara dos Deputados sobre um tema específico, incluindo artigos publicados na E-Legis e trabalhos acadêmicos. Já foram disponibilizados os levantamentos dos temas participação popular, democracia e gênero.

Em 2018, a EVC lançou as séries “O que é”, um dicionário político virtual com explicações, exemplos e curiosidades sobre política, e “Próximas eleições”, explicando as alterações eleitorais que entrariam em vigor em 2018. Outro produto iniciado nesse ano foi o Flux, um espaço de educação para cidadania acessível para pessoas com deficiências auditiva e visual, que já possui dois trabalhos disponíveis: “Inclusão, educação e trabalho” e “O papel das leis”.

Oferta e Demanda de Vagas

Número de vagas ofertadas no ano - Mestrado

21

Número de inscritos no ano - Mestrado

45

Número de aprovados no ano - Mestrado

21

Número de vagas ofertadas no ano - Doutorado

NA

Número de inscritos no ano - Doutorado

NA

Número de aprovados no ano - Doutorado

12

Infraestrutura

Laboratórios

O Cefor possui três laboratórios de informática: duas salas com capacidade para 12 alunos e uma sala com capacidade para 24 alunos. Os laboratórios de informática estão disponíveis de segunda a sexta-feira, das 8 às 20 horas, podendo ser utilizados aos sábados e domingos, quando necessário.

Recursos de Informática

Os laboratórios de informática são igualmente equipados com projetor multimídia, impressora e computadores para docente e alunos, conectados à Internet pelo sistema de banda larga da Câmara dos Deputados, com link dedicado. O prédio do Cefor dispõe de acesso à Internet via wireless, para utilização pelos servidores e visitantes. Estão instalados, nos computadores dos laboratórios de informática, o pacote Microsoft Office Professional e os programas R, RStudio, XMind e CorelDraw (Adobe).

Biblioteca

A Biblioteca Pedro Aleixo integra o Centro de Documentação e Informação e tem como principal função subsidiar as atividades legislativas e administrativas dos membros e servidores da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Possui acervo aproximado de 200.000 volumes e 2.060 títulos de revistas especializadas, com foco em Ciências Sociais e ênfase em Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública. No tocante a alunos, professores e pesquisadores, a biblioteca disponibiliza textos científicos e livros, inclusive por meio de novas aquisições, demandados nos planos de curso das disciplinas do Mestrado e nos projetos dos grupos de pesquisa. Ressalta-se que pesquisadores, discentes e docentes do Programa possuem direito ao dobro do prazo e da quantidade de livros por empréstimo em relação aos demais servidores da Câmara dos Deputados.

A biblioteca é depositária das publicações editadas pela Câmara dos Deputados, pela Organização das Nações Unidas - ONU e suas agências, incluindo as editadas no Brasil pela UNESCO, pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Possui também valioso acervo de obras raras, totalizando aproximadamente 4.700 volumes, consistindo de pós-incipunábulo, livros raros em sua primeira edição, livros esgotados, livros de editores famosos, periódicos valiosos, Coleção das Leis do Brasil, Coleção de Diários Oficiais que, iniciada em 1862, estende-se até 1899, e exemplares da legislação portuguesa e da legislação estadual brasileira.

Além das bases de dados existentes, a Câmara dos Deputados dispõe de acesso ao Portal de Periódicos da Capes, Proquest, ABNT etc, e também à Rede Virtual de Bibliotecas (Rede RVBI), que agrega de forma cooperativa recursos bibliográficos, materiais e humanos de doze bibliotecas públicas: Advocacia-Geral da União, Câmara Legislativa do DF, Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República, Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Justiça do DF, Tribunal Superior do Trabalho e a própria Câmara dos Deputados.

Outras Informações

O Cefor possui auditório com capacidade de 122 lugares, recursos audiovisuais e sistema de teleconferência. São nove salas de aula, todas com quadro branco, projetor multimídia e computador do docente, ar-condicionado e apontador automático de lápis.

A Coordenação de Pós-Graduação, com 10 servidores efetivos e um estagiário, funciona em três salas no Cefor, totalizando 72 m². Estão disponíveis, para uso administrativo, dez microcomputadores, uma TV 32", duas impressoras laser Samsung CLX-6260, sendo uma com impressão colorida e outra monocromática, ambas com recursos de digitalização de documentos. Todos os computadores estão conectados à Internet pelo sistema banda larga da Câmara dos Deputados.

O Cefor dispõe de dois geradores de energia, cada um com potência de 750 KVA, capacidade para 1.100 litros de combustível (óleo diesel), com autonomia de 30 litros/hora. Há também uma lanchonete escola do SENAC que oferece alimentação completa para almoço e lanches. Além disso, o Cefor tem um setor de reprografia com máquinas para produção de grandes volumes de material. Em caso de necessidade, pode-se recorrer à Gráfica da Câmara dos Deputados, que tem condições de fornecer serviços gráficos com mais recursos.

É importante ressaltar que o Cefor, enquanto órgão da Câmara dos Deputados, conta com toda a infraestrutura da Casa, que abrange uma área total superior a 150.000 m² de área construída

com auditórios de múltiplos tamanhos (em destaque o Nereu Ramos, com mais de 300 lugares), salas diferenciadas, espaços de convivência, restaurantes, lanchonetes, etc. Ressaltam-se os serviços de Eventos e Cerimonial, que dão suporte aos eventos de maior porte do Cefor, e o apoio da Secretaria de Comunicação Social, que com os veículos de rádio, TV e jornalismo contribuem para a disseminação de informações para a comunidade.

O prédio do Cefor conta ainda com caixa eletrônico, sistema de segurança com câmeras de vídeo, foyer para realização de coquetéis e confraternizações, área de convivência com 160 m², ao ar livre, iluminado e climatizado com cascata, para a realização de atividades como oficinas, socialização e integração.

Integração com a Graduação

Indicadores de integração com a graduação

O Cefor, por suas características de escola de governo, não oferece graduação, porém, coordena programas com até 40 horas de imersão como o objetivo de estimular a participação democrática e cidadã de estudantes universitários e de proporcionar uma oportunidade para se acompanhar de forma interativa a atividade da Câmara dos Deputados. Em 2018, foram realizados os seguintes programas: (1) 4 edições do Estágio Participação, com 177 estudantes, cujo objetivo é estimular a participação democrática e cidadã de universitários por meio de atividades, sobre o Legislativo, que envolvem a produção de conteúdos em meio digital e que devem ser postados em suas redes sociais; (2) 9 edições do Estágio Visita, com 533 estudantes de diversos estados da federação, com o objetivo de apresentar aos participantes o Processo Legislativo e as instâncias da Câmara dos Deputados e do Poder Legislativo responsáveis por sua execução; (3) Estágio Cidadão, com 46 participantes, destinado a universitários que fazem estágio na Câmara dos Deputados, cujo objetivo é prover conhecimentos sobre o papel do Legislativo e desenvolver atitudes positivas com relação ao exercício da cidadania ativa.

Os programas permitem o engajamento dos jovens brasileiros nos assuntos em pauta no Parlamento, propondo uma dinâmica de aprendizado fundada no protagonismo dos estudantes e na busca ativa do conhecimento, baseando-se no acompanhamento dos debates, das votações e decisões e nas matérias em andamento nas comissões, audiências públicas e no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados. Também são realizadas simulações de situações cotidianas do Processo Legislativo, de forma a instigar os participantes a discutirem problemas reais e apresentarem propostas de projetos de lei.

Há também o programa de estágio universitário, com 244 vagas de convênio, que dá oportunidade para que alunos dos cursos de graduação de Instituições de Ensino Superior conveniadas, que já tenham cursado mais da metade do curso, exerçam atividade profissional com vistas à aplicabilidade, na atividade laboral, dos conhecimentos adquiridos no curso. Além disso, os estagiários podem participar de cursos oferecidos pelo Cefor.

Proposta da Coordenação de Pós-Graduação encontra-se em tramitação no sentido de serem estabelecidos convênios e parcerias com Instituições de Ensino Superior do DF, de modo que se crie um Programa de Iniciação Científica com alunos dessas instituições. O objetivo consiste em aproximar alunos de graduação das atividades de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Mestrado. A proposta já foi encaminhada e está sendo apreciada pelas instâncias superiores da Casa, com boa probabilidade de aprovação no ano de 2019.

Estágio de docência

O Ato da Mesa n. 206, de 08/11/2017, que institui e regulamenta o serviço voluntário no âmbito da Câmara dos Deputados, abriu a possibilidade para que servidores, ex-servidores e membros da sociedade prestem, voluntariamente, serviços nas áreas de educação, cultura, saúde, segurança ou desporto. Acredita-se que esse seja um primeiro caminho para se estabelecer o Estágio de Docência no Programa de Mestrado. Está em estudo a possibilidade de se estabelecer o Estágio de Docência como requisito para futuros processos seletivos de docentes.

Integração com a Sociedade/Mercado de Trabalho (Mestrado Profissional)

Indicadores de integração

O Programa de Mestrado Profissional em Poder Legislativo tem dentre os seus objetivos específicos (ver item “Objetivos”), o de formar quadros altamente qualificados, voltados à análise e à reflexão crítica sobre o Poder Legislativo em suas dimensões organizativa, funcional e institucional, bem como o de aprimorar a atuação do Poder Legislativo por meio da profissionalização de seus servidores e de outros cidadãos que atuem junto ao Parlamento. Para alcançar essas metas, o Programa tem foco na entrega de resultados para a sociedade, para órgãos do Poder Legislativo e demais órgãos da Administração Pública.

Em 2018, 192 alunos cursaram disciplinas do Mestrado, dentre eles, discentes provenientes de instituições como Senado Federal, Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Federal (STF), Ministério Público, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e da iniciativa privada (consultorias, advogados, jornalistas). Dessa maneira, forma-se uma rede de conhecimento que vai além da Câmara dos Deputados, promovendo o aprimoramento do trabalho na área do Poder Legislativo e em áreas relacionadas, o que resulta na entrega de benefícios à sociedade, público-alvo da atividade legislativa.

Ainda com foco na criação de produtos voltados ao aperfeiçoamento do Poder Legislativo e ao desenvolvimento da sociedade, o Programa de Pós-Graduação do Cefor elaborou, em 2018, o Guia de Trabalhos de Conclusão de Curso para o Mestrado Profissional em Poder Legislativo, que detalha as modalidades de TCC indicadas pela Capes, na Portaria Normativa nº 17/2009 do Ministério da Educação, e pelo Regulamento do Mestrado, no Ato da Mesa nº 54/2015 da Câmara dos Deputados. O objetivo é incentivar discentes e docentes a adotarem formatos variados de TCC, que não somente o da dissertação, como softwares, materiais didáticos e até Projetos de Lei (categorizado como projeto técnico). As modalidades foram discutidas em Colegiado e apresentadas aos alunos regulares, o que despertou maior interesse na diversificação das pesquisas e do produto final do curso, como, por exemplo, o robô digital Ulysses, já mencionado, que usa inteligência artificial para a tradução de textos legislativos.

Acordos de cooperação e convênios têm sido intensificados no sentido da integração com a sociedade e com o mercado de trabalho. Os dois cursos lato sensu abertos em 2018 pelo Programa de Pós-Graduação do Cefor são exemplos dessas parcerias. Em abril, em conjunto com o Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal (ILB), o Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União (ISC/TCU) e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD/ONU), foi lançado o curso Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos. O público-alvo são os servidores e membros da Câmara, do Senado e do TCU, além de representantes dos poderes Executivo e Judiciário. Seguindo esse exemplo, no mês de agosto, teve início o curso

Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, em parceria com o ILB/Senado e o ISC/TCU. Com um total de 80 alunos, essas iniciativas contribuem para o aperfeiçoamento dos profissionais da área, ampliam a rede de contatos de alunos e docentes e incentivam profissionais da área legislativa a continuarem seus estudos no Mestrado Profissional em Poder Legislativo.

Ademais, no âmbito dos órgãos da Administração Pública, o Cefor/Câmara dos Deputados participa da Rede Nacional de Escolas de Governo, constituída por 262 instituições governamentais, cujo objetivo é aumentar a eficácia dessas instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e nos três poderes, ao tempo em que busca incentivar o compartilhamento de conhecimentos e trabalhos em parceria. Participa, também, do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), que reúne 21 escolas de órgãos como Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), Universidade do Banco Central (Unibacen), etc. Essa parceria, formalizada em Protocolo de Cooperação específico, permite a promoção conjunta de eventos, participação em projetos de pesquisa coletivos, etc.

O Cefor, representado por sua Diretora e Pró-Reitora do Programa de Pós-Graduação, participou de eventos organizados pela Associação Brasileira de Escolas do Legislativo, em Gramado/RS e Curitiba/PR, cuja finalidade é o intercâmbio de experiências e tratativas de cooperação. No mesmo sentido, foi firmado em abril de 2018 o Acordo n. 2018/042.0, com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE, objetivando a promoção de cooperação educacional e técnico-científica entre os participantes.

O Cefor/Câmara dos Deputados celebrou convênios com organizações do terceiro setor, como Abralatas, Anamatra, Confederação Nacional do Comércio, Diap. Essas parcerias têm permitido a recepção de estudantes dessas organizações, bem como a discussão de temas comuns em projetos de pesquisa. E há parcerias com instituições de ensino superior em grupos de pesquisa, como a Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal da Bahia, a Fundação Getúlio Vargas e o IESP-UERJ.

Estágios profissionais

Não há previsão de estágio profissional dos alunos do Mestrado na medida em que o Congresso Nacional é o lócus de oportunidades para o aprendizado das práticas e aplicação das teorias discutidas no decorrer do curso. Importante destacar que o corpo discente do curso, em sua maioria, é composto de pessoal oriundo das casas legislativas e de instituições afins, com acesso facilitado às atividades finalísticas do Parlamento.

Intercâmbios

Intercâmbios Nacionais

Com vistas a intensificar a parceria e a integração com programas de Ciência Política e Relações Internacionais, foram realizados intercâmbios de experiências acadêmicas entre os docentes do Programa com os de outras instituições de ensino.

Como parte do Acordo de Cooperação Acadêmica estabelecido entre o Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Cefor e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Prof. Dra. Cristiane Brum Bernardes (Cefor) e

o Prof. Dr. Julio Roberto de Souza Pinto (Cefor), ambos docentes permanentes do Mestrado, foram convidados, em julho de 2018, a ministrar minicurso sobre Análise de Discurso no âmbito do Curso Intensivo em Metodologias de Pesquisa em Ciências Sociais (Modus), naquela universidade. A Prof. Dra. Cristiane Brum Bernardes também participou de reuniões do Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça – Margem/UFMG e de duas aulas para alunos daquele Programa sobre o Legislativo Nacional. Em contrapartida, a Prof. Dra. Geralda Luiza de Miranda (UFMG) e a Prof. Dra. Ana Paula Karruz (UFMG) foram convidadas a ministrar aulas nas disciplinas “Políticas Públicas e Agenda Legislativa” e “Legislativo e Avaliação de Políticas Públicas”, respectivamente, no Programa de Mestrado do Cefor. Outro intercâmbio que merece destaque é a participação da Profa. Dra. Ana Lúcia Henrique Teixeira Gomes (Cefor), docente colaboradora do Mestrado, como palestrante no Seminário Crises da Democracia e Reforma Política, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP).

As parcerias se intensificaram no âmbito das pesquisas acadêmicas. No grupo de pesquisa “Parlamento e sociedade: representação política, participação e controle social”, coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros (Cefor), docente permanente do Mestrado, participam, além de alunos do Mestrado em Poder Legislativo e servidores da Câmara dos Deputados, pesquisadores do Ministério Público Federal, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadores da UnB também participam de outros grupos de pesquisa certificados pelo Cefor no DGP/CNPq, como “Parlamento Digital: um inventário das experiências de Parlamento Digital”, coordenado pelo Prof. Dr. André Rehbein Sathler Guimarães (Cefor), e “Discursos e projetos de mudança social”, coordenado pelo Prof. Dr. Julio Roberto de Souza Pinto (Cefor).

Além disso, a Profa. Dra. Terezinha Elisabeth da Silva, docente colaboradora do Mestrado, desenvolve atividades de pesquisa e docência junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI-UEL). Em 2017 e 2018 participou, naquela universidade, de atividades relativas a seu grupo de Pesquisa “Interfaces contemporâneas da Política de Informação” e em 2017 ministrou o curso de extensão Políticas de Informação. No período de 2015 a 2018 a docente coordenou os trabalhos do GT-5 “Política e Economia da Informação”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB).

Em paralelo aos intercâmbios realizados em grupos de pesquisa do Cefor, três docentes permanentes do Mestrado Profissional em Poder Legislativo integram o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD) – Prof. Dr. André Rehbein Sathler Guimarães, Profa. Dra. Cristiane Brum Bernardes e Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros. O INCT-DD é composto por uma rede de pesquisadores e universidades que reúne e coordena capacidade instalada em alto nível científico para atuar nos mais diversos campos da democracia e do governo digitais, abrigando 51 professores-pesquisadores brasileiros e 36 professores-pesquisadores estrangeiros de 20 Programas de Pós-Graduação (stricto sensu) brasileiros nas áreas de Comunicação, Ciência Política, Administração, Direito, Ciência da Computação e Interdisciplinar. Durante o ano de 2018, os docentes do Cefor participaram da elaboração do Programa de Treinamento Profissional em Parlamento Digital/INCT-DD, que será ministrado durante o ano de 2019 por meio de parceria entre Cefor, UFMG, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal da Bahia (UFBA).

No que diz respeito a acordos de cooperação com instituições nacionais, além dos já mantidos pelo Cefor e relatados no item “Indicadores de integração”, dois novos foram instituídos em 2018. No mês de abril, como mencionado anteriormente, firmou-se parceria para a promoção de cooperação educacional e técnico-científica com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale). Em novembro, com a Presidência da República, foi estabelecida

cooperação envolvendo o Mestrado Profissional em Poder Legislativo, formações lato sensu e cursos de capacitação promovidos pelas duas instituições.

Por fim, manteve-se a parceria com o Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para a realização do Doutorado Interinstitucional em Sociologia e Ciência Política, mantido pelo Programa de Pós-Graduação do Cefor desde o ano de 2014.

Intercâmbios Internacionais

O Cefor/Câmara dos Deputados tem realizado ações de intercâmbio com instituições internacionais. Em abril de 2018, como parte de tratativas para futuro convênio na esfera acadêmica com a Universidade de Salamanca (Espanha), o Diretor do Programa de Pós-Graduação do Cefor e docente permanente do Programa de Mestrado, Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz, recebeu a visita do Prof. Dr. Ricardo Muñoz Singi, embaixador daquela universidade. No mês de maio, parceria firmada entre o Cefor, a Embaixada da França e a Assessoria de Projetos e Gestão da Câmara dos Deputados possibilitou a realização de palestra ministrada pelo Prof. Pascal Perrineau, especialista em sociologia eleitoral e professor da Sciences Po (Instituto de Estudos Políticos de Paris), no auditório do Cefor e com a participação de docentes e discentes do Programa de Mestrado.

O intercâmbio internacional também em curso é o realizado por meio de participação em grupos de pesquisa. A exemplo dos intercâmbios nacionais descritos anteriormente, pesquisadores da University of Leeds (Reino Unido), da Duke University (EUA) e do Luther College (EUA) atuam em grupos coordenados por docentes do Programa de Mestrado. Dessa forma, a pesquisa conjunta amplia a rede de contato dos docentes e produz conteúdo e experiência acadêmica para nossos discentes, também membros dos grupos.

A participação em grupos de pesquisas de outros países também vem sendo incentivada. A Profa. Dra. Ana Lúcia Henrique Teixeira Gomes (Cefor), docente colaboradora do Mestrado, é membro da IPSA (International Political Science Association), integrando o Grupo (RC) 34 intitulado Quality of Democracy. Além disso, também participa das pesquisas da LASA (Latin American Studies Association) e da APSA (American Political Science Association). Sua atuação internacional lhe proporcionou um convite para participar, entre os meses de abril e maio de 2018, de um treinamento do Partido Democrata de Cleveland (Ohio/EUA) durante o período eleitoral das mid-term primárias.

A cooperação com organismos internacionais também é valorizada e mantida pelo Cefor/Câmara dos Deputados, a exemplo do já mencionado curso de especialização lato sensu em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, lançado em 2018 em parceria com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (ILANUD/ONU), Senado Federal e Tribunal de Contas da União. O corpo discente, formado por 40 alunos, atende à necessidade do Poder Legislativo nacional de formação de servidores na área de Direitos Humanos com experiência internacional.

O Cefor/Câmara dos Deputados também faz parte de um grupo significativo, a Associação de Parlamentos de Língua Portuguesa, cujos membros têm reuniões sistemáticas. Em 2018, representantes da Assembleia da República de Moçambique visitaram as instalações do Cefor e do Programa de Pós-Graduação para recolher informações e exemplos para a estruturação de um Centro de Formação e Capacitação de seus funcionários.

Solidariedade, Nucleação e Visibilidade

Indicadores de Solidariedade e Nucleação

Com a característica de ser um Programa inovador no Poder Legislativo, o Mestrado do Cefor tem preocupação constante com a integração e a cooperação com outros cursos da área de Ciência Política e Relações Internacionais. A troca de experiências de docência com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), já explicitada no campo “Intercâmbios nacionais”, é um exemplo dessa relação profícua para ambas as instituições e do forte potencial para nucleação. Docentes do programa também têm participado de bancas de mestrado e doutorado em outras Instituições, notoriamente a Universidade de Brasília, bem como têm sido convidados docentes de outras Instituições para as bancas de qualificação e defesa já realizadas, como do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Universidade Católica de Brasília (UCB) e do Senado Federal.

Outra experiência que merece destaque é o Doutorado Interinstitucional em Ciência Política, iniciado em 2014 em parceria com o IESP-UERJ. Em 2018, 12 novos doutores foram titulados, agregando conhecimento, experiências e pesquisas ao Programa e à instituição Câmara dos Deputados.

A já mencionada parceria entre a Câmara, Senado, TCU e ILANUD/ONU, com oferta de curso lato sensu, foi tida como o primeiro passo para a instalação de uma Universidade da ONU no Brasil. Thomas Stelzer, embaixador da Áustria em Portugal, conselheiro junto à União Europeia e ex-Secretário Geral Adjunto da ONU, considerou a pós-graduação em Justiça Social, em discurso à época de seu lançamento, como “um dos mais importantes projetos acadêmicos institucionais”.

Ressalta-se, por fim, a abertura de chamado para elevação de Grupos de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados à categoria “permanente”. Dessa forma, o Programa incentiva a manutenção de pesquisas contínuas e estruturadas coordenadas por docentes do Mestrado, em sua maioria com participação de pesquisadores de outras instituições.

Acompanhamento de Egressos

O curso de Mestrado formou, até 2018, 63 egressos. Desde 2015, com a titulação dos primeiros mestres, o Programa de Pós-Graduação tem estimulado a participação dos egressos por meio de convites para atuação em docência de cursos lato sensu, orientação de TCCs, participação em bancas de defesa de TCC, coordenação de mesas temáticas na Jornada de Pesquisa e Extensão (evento anual), participação na Comissão Própria de Avaliação e em Grupos de Pesquisa e Extensão.

Em 2018, como parte do esforço de acompanhamento, a relação com os ex-alunos começou a ser reestruturada. Um novo ciclo de avaliação está em execução, tendo como um dos objetivos promover uma rede de egressos para integração e troca de conhecimentos. Conforme destacado, o Programa de Mestrado reformatou, em 2018, o plano de acompanhamento de egressos, que inclui, atualmente, extrato Lattes de produção acadêmica, comunicação periódica por meio de newsletter e formulário eletrônico de avaliação abrangendo questões sobre os impactos profissionais, acadêmicos, pessoais e sociais da participação no Mestrado, cujo envio se deu no início de 2019, com vistas a melhor compreender os caminhos e expectativas desse grupo crescente.

O Programa tem know-how de acompanhamento de egressos dos seus cursos de especialização, mantendo a prática regular de promover avaliações de impacto e acompanhamento dos egressos. São realizados, habitualmente, grupos focais de avaliação com egressos, dois anos após a conclusão de seus cursos, bem como realizada avaliação de impacto dos cursos. Esta metodologia de acompanhamento será incorporada, em 2019, ao Programa de Mestrado.

Visibilidade

O Cefor apresenta característica singular: é uma escola de governo, inserida no próprio Parlamento, cujo Programa de Pós-Graduação oferece um Mestrado Profissional em Poder Legislativo – o único no Brasil com essa temática. Assim, o Cefor vem se consolidando como centro de referência de estudos sobre o Poder Legislativo e já é ponto de convergência para pesquisadores, funcionários das casas legislativas (Câmara, Senado e assembleias) e de outros órgãos públicos, entidades representativas do setor privado e da imprensa.

Para melhor informar a sociedade e a comunidade acadêmica, o Programa de Pós-Graduação reformulou seu site no ano de 2018 (disponível em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao>). A página, hospedada dentro do portal da Câmara dos Deputados, passou por uma reestruturação com objetivo de organizar as informações de acordo com os interesses dos públicos-alvo, facilitar o acesso a documentos e informações relevantes sobre o programa e informar a comunidade acadêmica sobre as atividades desenvolvidas em nossos cursos. O site foi dividido em sete categorias: Mestrado em Poder Legislativo, Cursos de Especialização, Pesquisa Acadêmica, Publicações, Eventos, Avaliação e Normas e Regulamentos.

Na primeira, há informações sobre o curso de Mestrado Profissional (histórico e classificação atual), as linhas de pesquisa estudadas, a estrutura curricular, os processos seletivos anteriores e em andamento, orientações sobre matrícula, corpo docente e corpo discente, atualização de calendários e planos de disciplinas, banco com TCCs aprovados e atas das reuniões do Colegiado. Além disso, um item especialmente importante é o de “Orientações aos discentes”, pois concentra em um só lugar informações como o fluxo sugerido do curso, regulamentação para atividades complementares, manual de produção acadêmica, diretrizes e modelos para qualificação e TCC, apontamentos e manual de preenchimento do currículo Lattes e ata das reuniões gerais promovidas semestralmente com os alunos regulares.

Também cabe ressaltar que os projetos de pesquisa envolvendo docentes e discentes do Mestrado estão disponíveis nos itens “Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs)” e “Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq”, ambos na categoria Pesquisa Acadêmica. Há a divulgação da revista eletrônica E-Legis e de livros editados pelo Programa na categoria Publicações. Em Eventos, é possível encontrar dados sobre as Jornadas de Pesquisa e Extensão já realizadas, assim como sobre aulas inaugurais dos semestres letivos e cursos de extensão. Os normativos federais e as normas gerais do Programa de Pós-Graduação e do curso de Mestrado estão listadas e disponibilizadas na categoria “Normas e Regulamentos”.

Por fim, em Avaliação, há dados estatísticos atualizados sobre o Programa de Pós-Graduação, informações sobre a Comissão Própria de Avaliação, os relatórios anuais fornecidos na avaliação quadrienal da Capes e as ações relativas à autoavaliação do Programa. Aí se incluem relatórios técnicos, como o de levantamento de temáticas de TCCs, já citado anteriormente, e os critérios de seleção e enquadramento do corpo docente.

Os eventos realizados ao longo do ano são outro ponto crucial para difundir informações sobre o Programa e suas atividades. No decorrer de 2018, foram realizados nove eventos abertos à

comunidade acadêmica e a participantes externos ao Programa, com público total de 436 pessoas. Dentre eles, salientam-se as aulas inaugurais dos dois semestres letivos, proferidas pelo Ministro do Tribunal de Contas da União Bruno Dantas e pela Secretária de Estado de Projetos Estratégicos / Governo do Distrito Federal Maria Raquel Mesquita Melo. Também teve grande relevância a palestra internacional ministrada pelo docente e pesquisador da universidade francesa Sciences Po Prof. Pascal Perrineau, que recebeu participantes ligados à Embaixada da França.

Destaca-se, ainda, a Jornada de Pesquisa e Extensão, organizada anualmente pelo Programa de Pós-Graduação, que tem se consolidado como um espaço de discussão de ideias a respeito do parlamento brasileiro, disseminando o conhecimento que é produzido no âmbito do Mestrado, das especializações e dos grupos de pesquisa da Câmara dos Deputados, bem como aquele produzido por outros órgãos parceiros e interessados como o Senado Federal, o TCU, a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Minas Gerais, entre outros. A cada ano, observa-se crescente participação de pesquisadores de todo o país, oriundos de estados como Pará, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 2018 foi realizada a IX Jornada de Pesquisa e Extensão, com o tema “O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo”. O evento reuniu 115 participantes e 35 trabalhos de pesquisa tratando de questões relativas à representação política, presidencialismo de coalizão, gestão pública no Legislativo e controle da corrupção. Como abordado no item “Experiências inovadoras de formação”, o evento ocorreu pela primeira vez em parceria com outra área da Casa, o Departamento Técnico (Detec/Câmara dos Deputados). A parceria inovadora trouxe palestras e discussões que envolveram as áreas de engenharia e arquitetura ligadas à ciência política e ao Poder Legislativo, ampliando o público e a visibilidade do Programa.

Por fim, quanto às publicações, destaca-se a Revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688), publicada desde 2008 sob a responsabilidade do Programa de Pós-Graduação do Cefor, em que são divulgados resultados de pesquisa voltados para temas relevantes sobre o Legislativo. Atualmente classificada no estrato B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais, está indexada na base de dados Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) e em processo de aceitação nas bases de dados Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal), Clase (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades) e Doaj (Directory of Open Access Journals). Também vem empreendendo ações visando sua indexação na base de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), como a disponibilização dos artigos publicados em três idiomas: português, inglês e espanhol. Em 2018, a Revista eletrônica E-Legis alcançou seu 29º número, chegando ao total de 207 artigos publicados e 137.614 downloads acumulados.

Inserção Social

Inserção Social

Por ser um Programa voltado para o estudo do Poder Legislativo, a inserção social é parte central dos impactos esperados. A comunidade acadêmica do Programa participa ativamente da atividade política, acarretando repercussões na sociedade. Nossos discentes atuam em diversas áreas, levando os conhecimentos adquiridos e discutidos no âmbito acadêmico para a administração das casas legislativas, gabinetes parlamentares, consultorias legislativas, imprensa, sociedade civil organizada, dentre outros. Um exemplo do reflexo das pesquisas do programa na sociedade é o aplicativo Monitora, Brasil!, desenvolvido com a participação de um dos egressos do Mestrado, Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel, cujo TCC abordou os dados governamentais abertos. O aplicativo Monitora, Brasil! é uma ferramenta grátis que possibilita

a qualquer pessoa pesquisar e monitorar o que os Deputados Federais e Senadores estão fazendo na Câmara dos Deputados e no Senado. No período eleitoral de 2018, ganhou ampla divulgação em jornais e sites, chegando a mais de cem mil downloads.

Nossos docentes, além de coordenarem grupos de pesquisa voltados para as atividades legislativas, também atuam de forma ativa na Câmara dos Deputados, ocupando cargos da alta hierarquia como o de Secretário-Geral da Mesa e Secretário de Controle Interno, além de atuarem como consultores legislativos, no assessoramento direto a parlamentares. No ano de 2018, o Prof. Dr. Nelson Gomes dos Santos Filho (Cefor), docente permanente do Mestrado, foi convidado a integrar o Governo do Distrito Federal como Secretário Adjunto de Projetos Estratégicos devido a sua experiência e pesquisa na área de Administração e Políticas Públicas.

Em 2018, o Programa também ampliou sua inserção social oferecendo dois cursos de especialização em parceria com outros órgãos, como citado em itens anteriores: Curso de Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, que conta com alunos de várias instituições: Câmara dos Deputados, Senado, TCU, MPF, TRF 1ª Região, CNJ, Ministério da Justiça, Presidência da República e GDF; e Curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, com alunos das seguintes instituições: Câmara dos Deputados, Senado, TCU, Presidência da República, CGU e Secretaria do Tesouro Nacional.

Docentes do Programa também têm atuado como parte do corpo de professores de programas do Cefor focados na formação política de estudantes de nível médio ou superior, bem como de professores da educação básica, dentre os quais se destacam o Parlamento Jovem, Estágio-Visita, Missão Pedagógica, Estágio Participação, Estágio Cidadão etc (programas referenciados no item “Indicadores de integração com a graduação”).

Interfaces com a Educação Básica

O Cefor coordena o programa Missão Pedagógica no Parlamento, que consiste em uma formação para educadores que acreditam ser a escola um espaço importante para a formação cidadã democrática e que desejam trabalhar temáticas como cidadania, política, democracia e Poder Legislativo em suas escolas. O programa é destinado a professores regentes, coordenadores e orientadores de escolas públicas, nos ensinos fundamental e médio, com graduação concluída.

O Cefor coordena, também, o programa “Parlamento Jovem Brasileiro”, dirigido a estudantes do ensino médio. O programa busca disseminar conhecimento sobre o funcionamento da Câmara dos Deputados e propiciar aos jovens a vivência do processo político e democrático. Mais especificamente, a experiência dos Deputados Jovens do Parlamento Jovem Brasileiro, selecionados por estado, inclui elaboração de um projeto de lei durante uma Legislatura de cinco dias, em que simulam a jornada parlamentar na Câmara com diplomação, posse e exercício do mandato. Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de compreender a dinâmica do Poder Legislativo e compartilhar o aprendizado em suas escolas e estados de origem.

A Câmara dos Deputados também coordena o programa Plenarinho, de caráter educativo, voltado para o universo infantil: crianças de 7 a 14 anos, pais e professores. Por meio de uma linguagem acessível e lúdica, o Portal Plenarinho (<https://plenarinho.leg.br/>) informa sobre o Poder Legislativo – elaboração de leis e atuação parlamentar –, política, democracia e organização do Estado. Outros temas sociais e educativos relacionados ao cotidiano infantil também são abordados, como saúde, meio ambiente, educação, convivência democrática, respeito à diversidade e lazer.

Internacionalização

Além das atividades de internacionalização já descritas no campo de Intercâmbios internacionais, é importante destacar a estratégia da E-Legis – Revista do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados de publicação de versões trilingües (português, inglês e espanhol), incluindo os volumes publicados a partir de 2017. As traduções foram realizadas ao longo do ano de 2018 para publicação da versão trilingüe no primeiro semestre de 2019.

Também merece evidência o desenvolvimento da pesquisa do discente do Mestrado Eduardo Antônio Mello Freitas para a tradução automatizada de leis e documentos legislativos, que além de compor o projeto “Ulysses – a inteligência artificial da Câmara dos Deputados”, também integra a Nuvem Interparlamentar de dados abertos da União Interparlamentar - IPU (organização internacional de parlamentos nacionais). Em dezembro de 2018, na Conferência Mundial de e-Parlamentos da IPU, a Câmara dos Deputados se firmou como anfitriã da Nuvem Interparlamentar que reúne dados gerados por diferentes parlamentos mundiais como forma de analisar e aperfeiçoar as leis, como reconhecimento aos avanços conseguidos no projeto Ulysses.

Nesse contexto de internacionalização, o público do Programa foi contemplado com a palestra do Prof. Pascal Perrineau, especialista em sociologia eleitoral e professor da Sciences Po (Instituto de Estudos Políticos de Paris), sobre “Eleições na França: um ano de Presidência de Macron”. O evento foi realizado em parceria com a Assessoria de Projetos e Gestão da Câmara dos Deputados e a Embaixada da França.

Ainda na linha de inserção internacional, o Prof. Dr. Fábio de Barros Correia Gomes (Cefor) e a Prof. Dra. Ana Lúcia Henrique Teixeira Gomes (Cefor), docente permanente e docente colaboradora do curso de Mestrado, representaram o Programa no 25th IPSA World Congress of Political Science, realizado em Brisbane, Austrália, em julho de 2018. A Profa. Dra. Ana Lúcia apresentou os trabalhos “Still Scratching the Glass Ceiling: Assessing two decades of incentives to women’s political career in the Brazilian Congress” e “Do Party Rules Matter for Electoral Integrity? Possible effects of the 2017 Brazilian Political Reform on Future Party Configurations in the Coming 2018 Elections”, enquanto que o Prof. Dr. Fábio Gomes apresentou o trabalho “Path Dependencies and Differences in the Results of Universal Health Systems of Israel and Brazil” e atuou como debatedor no painel “Future Trends in Welfare Reforms”.

Por fim, 2018 foi o ano de tratativas entre o Mestrado do Cefor e a Universidade de Harvard, que aceitou o aluno regular Carlos Antônio Pomagersky Jr. como Pesquisador Visitante (Visiting Researcher) daquela instituição, cujos trabalhos terão início em março de 2019. A pesquisa do aluno se dará sob a orientação do Prof. Cristiano Ferri Soares de Faria, docente permanente do Mestrado do Cefor, e co-orientação do Prof. Vitelio Brustolin, pesquisador cientista da Universidade de Harvard.

Atividades Complementares

O coordenador do Programa de Mestrado tem atuado regularmente, junto à Capes, nas atividades e reuniões dos coordenadores da Área de Ciência Política e Relações Internacionais. Ademais, em 2018, compôs o grupo de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCNs) de CP/RI e participou da Reunião de Coordenadores da Associação Brasileira de Ciência Política, realizada no mês de agosto.

O Programa também atuou ativamente nas atividades do Fórum Nacional dos Mestrados Profissionais – FOPROF. Em maio, esteve no Encontro Nacional sobre Avaliação dos Mestrados Profissionais, organizado pelo Fórum em Brasília. No mês de setembro, o Cefor, em conjunto com a Universidade de Brasília e a Escola Superior de Ciências da Saúde, organizou o Encontro FOPROF 2018 do Centro-Oeste, no qual foram discutidos os desafios dos Mestrados Profissionais e a sua representatividade no contexto nacional, as peculiaridades das escolas de governo e o modelo avaliativo da Pós-Graduação Profissional.

Internamente, na Câmara dos Deputados, por iniciativa da Coordenação e Pós-Graduação, foi constituído Grupo de Trabalho Interdisciplinar que divulgou, em dezembro de 2018, nota técnico-jurídica sobre as normas que disciplinam as atividades de docência, pesquisa e extensão, com o objetivo de subsidiar a Administração da Câmara dos Deputados na apreciação de propostas de normatização do Programa de Mestrado Profissional.

Autoavaliação (perspectivas de evolução e tendências)

Informe os pontos fortes do programa

Tendo em vista a inserção do Programa nos diversos segmentos da Câmara dos Deputados, destacam-se como pontos fortes o acesso amplo a dados do processo legislativo, disponíveis nos vários sistemas informatizados da Câmara, e o contato direto com parlamentares, fatores que favorecem a execução de projetos de pesquisa por docentes e discentes. Essa inserção permite a reflexão contínua sobre o “fazer institucional”, o que se reverte em benefícios para a instituição dado o caráter profissional do Mestrado e o fato de que a maioria dos discentes e a totalidade dos docentes são servidores que vivenciam o dia-a-dia do Poder Legislativo. Dentre os destaques da estrutura disponibilizada aos alunos está a Biblioteca da Câmara dos Deputados, cujo vasto acervo, como já mencionado, é especializado em Ciências Sociais com ênfase em Poder Legislativo, Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública, áreas de concentração das pesquisas dos discentes do Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Também o acesso facilitado a canais de comunicação, como a Rádio e a TV Câmara, contribui para a inserção dos docentes e discentes junto à mídia nacional, com possibilidade de publicação de artigos de opinião em veículos específicos, como a revista Congresso em Foco. Por fim, ressalta-se que o Programa tem uma avaliação consistente e ampla, em que são avaliadas todas as disciplinas, bem como aspectos de infraestrutura.

Em quais pontos o programa pode melhorar

Como resultado do processo de autoavaliação iniciado em 2018, novas melhorias foram levantadas, além das já citadas no ano de 2017. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) está passando por reformulação, incorporando as novas diretrizes da Câmara dos Deputados sobre o Programa de Pós-Graduação e as da Capes para mestrados profissionais. Também é um objetivo realizar, com apoio do Colegiado do Mestrado, um estudo da oferta de disciplinas com base nas estatísticas do relatório técnico de análise de TCCs por linha de pesquisa. Também em andamento, acontece a revisão das normas relacionadas ao Programa com o apoio da Administração da Câmara.

Em 2017, foram apontadas como necessidades de melhoria a oferta de disciplinas em língua estrangeira (inglês e espanhol), a busca por financiamentos externos para projetos e bolsas de iniciação científica e a regulamentação para a contratação de professor visitante. Foram levantadas as necessidades de ampliar as parcerias internacionais, o que avançou nos acordos

com a União Interparlamentar e a Universidade de Harvard, e de implantar novos formatos de curso para permitir a participação de alunos vinculados às instâncias do Poder Legislativo nas esferas estadual e municipal de todo o Brasil, o que tem sido experimentado com sucesso pela Escola Virtual de Cidadania do Cefor (<https://escolavirtualdecidadania.camara.leg.br/site/>), cuja experiência será incorporada a cursos de pós-graduação.

Destaca-se, ainda, a reestruturação da página do programa na Internet, apontada como item de melhoria em 2017, cujo o cumprimento se deu em 2018, como já mencionado.

Há um desafio a ser debatido junto à Capes e à Área de CP/RI, próprio de escolas de governo da esfera federal, em particular desta Casa Legislativa e que consiste em compatibilizar os dispositivos da Lei n. 8.112/1990 com os requisitos de atuação de docentes permanentes estabelecidos pela Capes e pela CP/RI. Em suma, a Lei requer que as atividades de docência, pesquisa e extensão desenvolvidas por servidores públicos ocupantes de cargo efetivo ou comissionado se dê em caráter "eventual", com um limite estabelecido de horas, o que se contrapõe à condição de docente "permanente". Uma revisão dos percentuais permanente/colaborador para 50/50 parece contribuir para o equilíbrio dessa situação. Em nosso entender, um percentual maior de professores colaboradores se mostra adequado quando são considerados a modalidade profissional do curso e o dinamismo das mudanças organizacionais, em especial no Poder Legislativo, visto que nesse grupo (colaboradores) é admissível certa rotatividade sem impactos na avaliação quadrienal. Vale ressaltar que tal mudança não representaria, na prática, efeitos negativos à estabilidade do Programa, uma vez que o nosso quadro docente pertence ao quadro funcional da própria instituição. De tal forma, a condição de colaborador fornece condições para maior dedicação às atividades de sua prática profissional, para em seguida retornar às atividades acadêmicas, numa contínua e profícua circulação do conhecimento teórico e prático. Assim, ao contrário da realidade de outros programas, no nosso mestrado profissional, essa rotatividade seria altamente benéfica. Acreditamos, portanto, que nesse modelo o curso ganharia em diversidade e qualidade de ofertas.

Planejamento Futuro

O Programa tem como um de seus objetivos futuros a instituição de bolsas de iniciação científica, com proposta já encaminhada às instâncias superiores da Casa.

Também está em discussão a inserção de uma quarta linha de pesquisa do Mestrado, ainda pendente de aprovação no Colegiado, que deverá se chamar "Ciência, Tecnologia e Inovação no Poder Legislativo". Essa linha será dedicada ao estudo da aplicação e dos desdobramentos da Ciência, Tecnologia e Inovação no Poder Legislativo, sua importância estratégica na configuração dos cenários políticos nacional e internacional, a dinâmica da evolução científica e tecnológica, os impactos sociais e políticos oriundos de tecnologias inovadoras, as perspectivas tecnológicas futuras e processos de transferência de tecnologia. Isso abrirá novo espectro de pesquisas aplicadas com impactos no Legislativo e na sociedade.

Pretende-se, também, estabelecer o Estágio de Docência como requisito para futuros processos seletivos de docentes, contribuindo para a manutenção de corpo docente qualificado.

Outras Informações

O Extrato Lattes, desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado do Cefor, é uma ferramenta computacional aberta, de domínio público, cujo objetivo é acompanhar, de forma sistemática, a atuação de docentes em cursos de pós-graduação stricto sensu por meio da geração periódica de extratos. Dessa forma, pretende-se subsidiar esses cursos com informações capazes de atrair a atenção para os principais pontos da avaliação da Capes, a fim de que a devida atualização do Lattes e ações corretivas possam acontecer em tempo. Essa prática pode contornar situações em que, por exemplo, um professor não venha a pontuar na avaliação do quadriênio por ter informado ISSN distinto daquele que consta na base Qualis. Os códigos e orientações estão disponíveis em <https://github.com/Cefor/extratolattes>.

No período de outubro de 2017 a outubro de 2019, está registrado o afastamento do docente Prof. Dr. Ricardo de João Braga (Cefor) para cursar o Mestrado Roads To Democracy, na Universität Siegen - UNISIEGEN, (Alemanha). O programa oferece um mestrado interdisciplinar, internacional e orientado para pesquisa que combina métodos e abordagens da história, ciência política e sociologia.